

# Cadastro Ambiental Rural e Georreferenciamento de Imóveis Rurais



**Comissão de Agricultura, Pecuária,  
Abastecimento e Desenvolvimento  
Rural da Câmara dos Deputados  
13/05/25**

# Números do CAR no Brasil

## Universo de dados deste Painel

Imóveis Cadastrados

**7.774.907**

Área total de Imóveis

**704.234.959,37**

Área de Reserva Legal

**212.010.844,36**

Área de Preservação Permanente

**28.264.726,18**

## Cadastros que passaram por algum tipo de análise



Quantidade

**2.361.134**

Área (ha)

**311.054.585,14**

## Cadastros com análise da regularidade ambiental concluída



Quantidade

**188.142**

Área (ha)

**29.271.465,74**



CAR analisado, em  
conformidade com a Lei  
12 651

### Tema do Painel

Número de cadastros com ...

### Recorte espacial

Lim. Político

Biomás

Todos

### Tipo de Imóvel

- ☐ Aguardando análise
- ☐ Aguardando análise, após r...
- ☐ Analisado sem pendências
- ☐ Analisado, aguardando ate...
- ☐ Analisado, aguardando reg...
- ☒ Analisado, em conformidad...
- ☐ Analisado, em conformidad...
- ☐ Analisado, em regularizaçã...
- ☐ Em análise

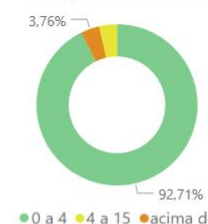
Analisado, em conformidad...

Como realizar filtros com o mapa: i

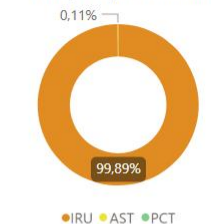


Total  
**25.947**

### Total por Módulo Fiscal



### Total por Tipo de Imóvel



Fonte: Painel da Regularização Ambiental do  
Serviço Florestal Brasileiro

Dados obtidos em 05/02/2025



# O CAR é um instrumento solicitado para



Desembargos e áreas  
(CAR “VALIDADO” +  
PRA/PRADA)

ITR  
(CAR PARA APURAR ÁREA  
TRIBUTÁVEL)

Acesso a mercado  
(INTERNO E EXTERNO)

**Redução de juros**  
(PLANO SAFRA)



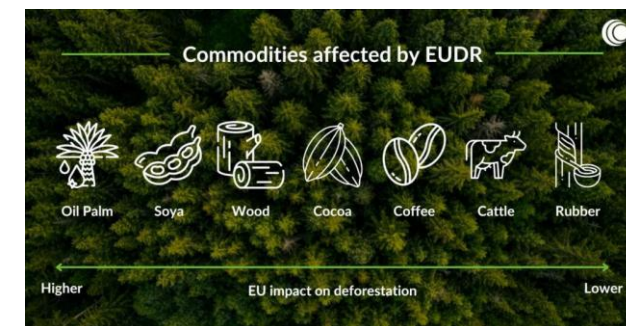
O Plano Safra 2023/2024 incentiva o fortalecimento dos sistemas de produção ambientalmente sustentáveis. Serão premiados os produtores rurais que já estão com o Cadastro Ambiental Rural (CAR) analisado e também aqueles produtores rurais que adotam práticas agropecuárias consideradas mais sustentáveis.

**Crédito Rural**



Imóveis rurais sem inscrição, com inscrição cancelada ou suspensa no Cadastro Ambiental Rural (CAR) não terão acesso a crédito rural. O mesmo para imóveis embargados.

**Aposentadoria Rural**



**Regularização Fundiária**



# Objetivos do RetifiCAR



Destruar a Regularização Ambiental do Produtor Rural a partir do Fortalecimento Dos Sindicatos Rurais, Fornecendo os recursos necessários para habilitar os Sindicatos a atenderem os Produtores e dar vazão às Retificações dos Cadastros Ambientais Rurais.4

# Passo a passo para a regularização ambiental



Adesão ao Programa  
De Regularização (PRA)

## Análise do CAR

O CAR é analisado pelo órgão estadual competente e notifica o resultado da análise pela Central do Proprietário Possuidor.



O PRA apresenta as regras para a recuperação dos passivos ambientais identificados no CAR.

## Elaboração e execução do Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas ou Alteradas (PRADA)

Com base no PRA, o produtor apresenta um projeto de recuperação dos passivos, o PRADA, e assina um Termo se comprometendo a executar o projeto.

## Monitoramento

Todo o processo de execução do PRADA é monitorado pelo órgão estadual competente. Até a completa regularização ambiental.

## Inscrição no CAR

O produtor acessa a Central do Proprietário Possuidor ([www.car.gov.br](http://www.car.gov.br)) e apresenta documentos e um mapa com as informações ambientais da propriedade, contendo: APP, Reserva Legal, Áreas de Uso Restrito, Áreas de Servidão Administrativa e Cobertura do Solo.

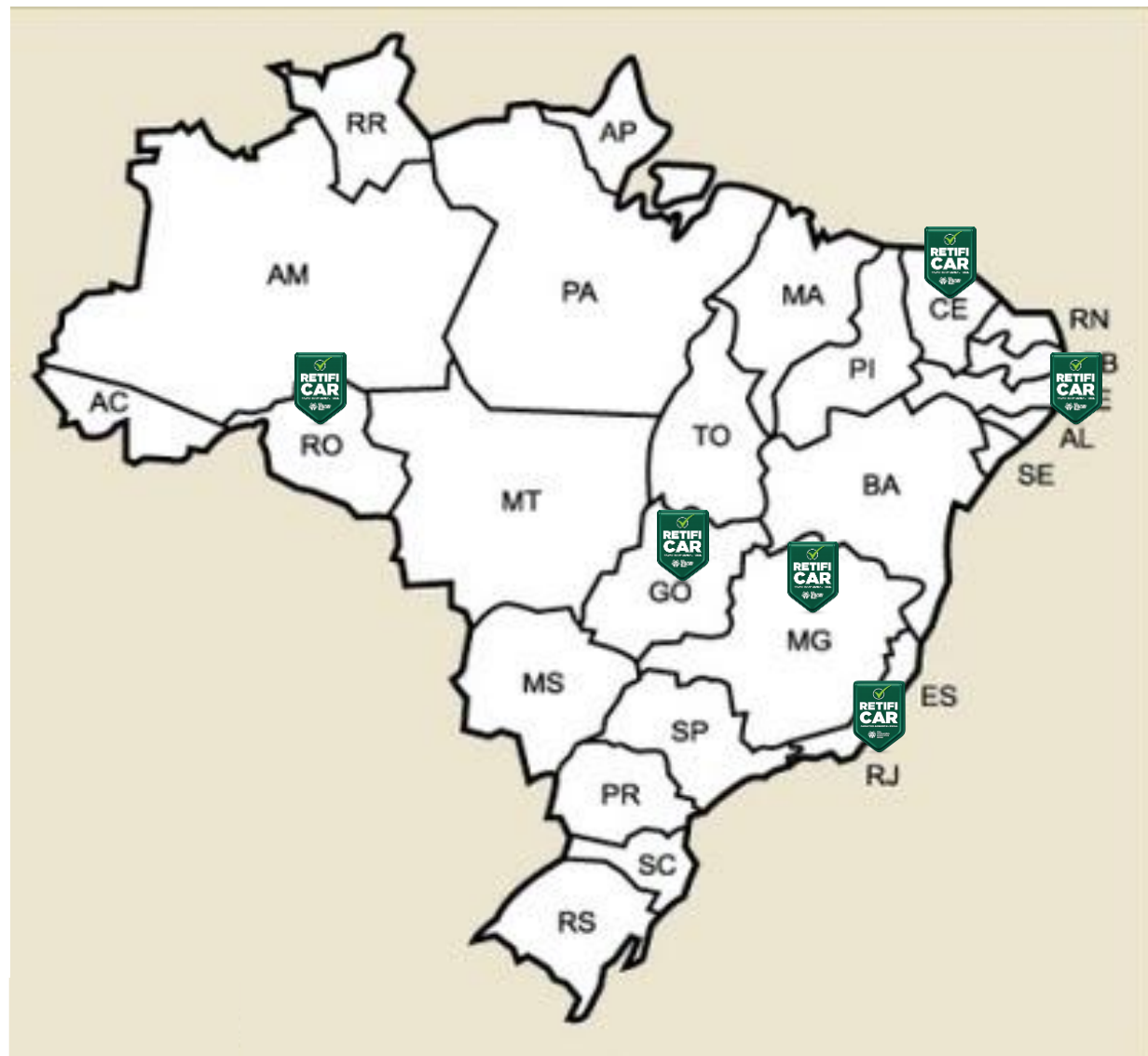
## Acompanhamento/ retificações

O produtor acompanha a análise do seu CAR e, se solicitado pelo órgão competente, faz ajustes/ retificações. Para isso, pode contar com o RetifiCAR! Feitas todas as retificações, o estado conclui a análise do CAR e identifica se há passivos a serem recuperados ou se a propriedade está ambientalmente regular.





# Onde estamos



MINAS GERAIS (SET/23)

RONDÔNIA (SET/23)

CEARÁ (JUN/24)

GOIÁS (AGO/24)

ALAGOAS (SET/24)

RIO DE JANEIRO (DEZ/24)

# Georreferenciamento de imóveis rurais



O georreferenciamento de imóveis rurais é um requisito previsto no art. 10 do Decreto nº 4449/02

*Art. 10. A identificação da área do imóvel rural, prevista nos [§§ 3º e 4º do art. 176 da Lei nº 6.015, de 1973](#), será exigida nos casos de desmembramento, parcelamento, remembramento e em qualquer situação de transferência de imóvel rural, na forma do art. 9º, somente após transcorridos os seguintes prazos: [\(Redação dada pelo Decreto nº 5.570, de 2005\)](#)*

*I - noventa dias, para os imóveis com área de cinco mil hectares, ou superior;*

*II - um ano, para os imóveis com área de mil a menos de cinco mil hectares;*

*III - cinco anos, para os imóveis com área de quinhentos a menos de mil hectares; [\(Redação dada pelo Decreto nº 5.570, de 2005\)](#)*

*IV - dez anos, para os imóveis com área de duzentos e cinquenta a menos de quinhentos hectares; [\(Redação dada pelo Decreto nº 7.620, de 2011\)](#)*

*V - quinze anos, para os imóveis com área de cem a menos de duzentos e cinquenta hectares; [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.311, de 2018\)](#)*

*VI - vinte anos, para os imóveis com área de vinte e cinco a menos de cem hectares; e [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.311, de 2018\)](#)*

***VII - vinte e dois anos, para os imóveis com área inferior a vinte e cinco hectares. [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.311, de 2018\)](#)***

O georreferenciamento é peça técnica fundamental para que se possa realizar o desmembramento, parcelamento, remembramento, ou qualquer outra situação em que envolva a transferência de um imóvel rural.

# Georreferenciamento de imóveis rurais

De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, realizado IBGE, o Brasil possui aproximadamente **1.250.022** estabelecimentos rurais com área entre 20 (vinte) a 100 (cem) hectares.

Deste total, apenas **308.914** imóveis, com áreas entre 20 (vinte) a 100 (cem) hectares foram georreferenciados, de acordo com dados extraídos do Sistema de Gestão Fundiária (Sigef) do Incra, o que representa apenas **24,7%** do total de imóveis rurais identificados pelo IBGE,

UF	Estabelecimentos	Imóveis (Sigef)	Percentual
AC	13.967	782	5,6%
AL	7.209	695	9,6%
AM	19.897	1.396	7,0%
AP	3.180	291	9,2%
BA	148.311	15.198	10,2%
CE	46.432	3.154	6,8%
DF	830	395	47,6%
ES	24.116	2.853	11,8%
GO	<b>63.736</b>	<b>33.734</b>	<b>52,9%</b>
MA	48.653	12.995	26,7%
MG	181.062	54.275	30,0%
MS	<b>16.830</b>	<b>13.790</b>	<b>81,9%</b>
MT	52.580	20.832	39,6%
PA	96.573	9.012	9,3%
PB	21.472	3.045	14,2%
PE	35.514	2.958	8,3%
PI	56.054	4.406	7,9%
PR	74.781	27.123	36,3%
RJ	12.705	2.032	16,0%
RN	15.968	4.197	26,3%
RO	42.821	4.828	11,3%
RR	6.572	1.803	27,4%
RS	109.534	21.528	19,7%
SC	55.484	10.109	18,2%
SE	10.686	1.765	16,5%
SP	<b>52.560</b>	<b>42.870</b>	<b>81,6%</b>
TO	32.495	12.848	39,5%
TOTAL	1.250.022	308.914	24,7%

Fonte: IBGE-Sidra, Incra-Sigef



# Importância do Georreferenciamento



Dentro desse contexto, fica evidente que mesmo após **20 anos** da edição do decreto para a realização do georreferenciamento de imóveis rurais, pouco se avançou, apenas **3 estados** estão com execução acima de **50% (cinquenta por cento)**; Mato Grosso do Sul com 81,9%, São Paulo com 81,6% e Goiás com 52,9%, respectivamente.

Considerando que para o georreferenciamento dos imóveis rurais com área inferior a 4 Módulos Fiscais, o serviço deverá ser realizado de forma gratuita pelo Incra (§3º art. 176, Lei nº 6015/73), e que de acordo com o Censo Agropecuário aproximadamente **64,54% (3.274.343)** dos imóveis rurais no Brasil estão nesta condição, o que requer um esforço imenso por parte do Governo Federal em atender os prazos previstos no Decreto nº 4.449/02.

# Conclusão



A necessidade de prorrogar o prazo previsto no Decreto nº 4449/02 é iminente, uma vez que há milhares de propriedades rurais que ainda não realizaram o seu georreferenciamento, principalmente por se tratar de um serviço caro que onera mais uma vez o produtor rural, em especial para aqueles imóveis com área inferior a 4MF, a elaboração do georreferenciamento caberia o INCRA, e como é sabido a autarquia agrária não tem condições orçamentárias e operacionais para efetivar essa ação.

Por fim, reforçamos que tramita na Câmara dos Deputados o PL nº 1664/25, da dep. Caroline de Toni que visa prorrogar o prazo previsto no Decreto para 2030.

**O b r i g a d o !**



**Érico Melo Goulart** – Assessor Técnico  
[erico.goulart@cna.org.br](mailto:erico.goulart@cna.org.br)



[cnabrasil.org.br](http://cnabrasil.org.br)



SistemaCNA



SistemaCNA



SistemaCNA



canaldoprodutor



agrofortebrasilforte